



HAL
open science

As formas de expressão da impessoalidade em Português: uma proposta de descrição na perspectiva da gramática comunicativa

Liliane Santos

► **To cite this version:**

Liliane Santos. As formas de expressão da impessoalidade em Português: uma proposta de descrição na perspectiva da gramática comunicativa. III Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa: A formação de novas gerações de falantes de português no mundo, Aug 2011, Macao, China. pp.14. hal-01058406

HAL Id: hal-01058406

<https://hal.univ-lille.fr/hal-01058406>

Submitted on 24 Sep 2020

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Texto da comunicação apresentada no III SIMELP (*Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa*). Macau: Universidade de Macau (China), 31 de agosto de 2011.

AS FORMAS DE EXPRESSÃO DA IMPESSOALIDADE EM PORTUGUÊS: UMA PROPOSTA DE DESCRIÇÃO NA PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA COMUNICATIVA

Liliane SANTOS¹

RESUMO: Tendo em vista que, geralmente, as gramáticas e os livros didáticos consideram a língua como um sistema de regras de combinação de palavras para formar frases, a *impessoalidade* – como, aliás, os demais fatos gramaticais – recebe um tratamento por “grandes famílias de palavras” (Matte Bon, 1995, p. VII), o que provoca ao menos um problema importante: o tratamento em unidades isoladas de fatos que poderiam – e deveriam, e mereceriam – ser reunidos. Dessa opção metodológica decorre a impermeabilidade entre os diferentes pontos da descrição, cuja interrelação não se percebe. Além disso – ou justamente por isso –, o tratamento dado à impessoalidade pelos manuais didáticos concentra-se geralmente nos chamados *verbos impessoais*, com *haver* e *fazer* como paradigmas. Do mesmo modo, os estudos linguísticos sobre a questão muitas vezes prendem-se a um único aspecto da questão – por exemplo, entre inúmeros outros, as “orações impessoais” (Franchi, Negrão & Viotti, 1998), o “sujeito nulo” (Barbosa, Duarte & Kato, 2005; Carrilho, 2000; Gonçalves, 2002), os “sujeitos indeterminados” (Duarte, Kato & Barbosa, 2003). E, mesmo quando escolhem um ponto de vista mais abrangente (cf. Ilari, 2010), tais estudos têm geralmente pouca ou nenhuma influência sobre a produção de materiais didáticos para o ensino de Português (LM/LE). Como se sabe, as formas de expressão da impessoalidade são múltiplas e variadas, assim como múltiplos e variados são os papéis e as atitudes do locutor, elemento essencial para a definição das diferentes nuances de cada uma das construções utilizadas e dos operadores escolhidos. Neste trabalho, apresentaremos uma proposta de descrição das formas de expressão da impessoalidade em língua portuguesa, de acordo com os pressupostos teóricos da gramática comunicativa, isto é, uma proposta de descrição de fatos gramaticais em que as intenções comunicativas ocupam um lugar central, pois o que se considera importante é a capacidade do aprendiz de criar frases em lugar de simplesmente repeti-las. Assim, trataremos das construções com *alguém*, *tu/você*, *a gente*, *todo mundo*, *as pessoas*, a *3ª pessoa do plural*, as construções infinitivas, as construções com *se* – além, evidentemente de certos verbos (*haver*, *fazer*, *ter* e os verbos que indicam fenômenos meteorológicos, mas também o verbo *dar*), assim como examinaremos casos específicos de concordância (por exemplo, construções com o verbo *ser* e com *a gente*). Nossa descrição mostrará que, além da atitude do locutor, o registro é um fator decisivo para a decisão de não apresentar o sujeito de um verbo de maneira explícita.

PALAVRAS-CHAVE: impessoalidade; português língua estrangeira; gramática comunicativa.

¹ Université Charles-de-Gaulle – Lille 3, UFR d’Études Romanes, Slaves et Orientales, Section de Portugais – Domaine Universitaire du “Pont de Bois” – B.P. 60437 – 59643 – Villeneuve d’Ascq Cedex – France. liliane.santos@univ-lille3.fr.

1. Pressupostos teóricos: a gramática comunicativa²

Num primeiro momento, podemos definir a gramática comunicativa de maneira bastante simples como uma descrição do funcionamento de uma língua voltada para o uso, pelos locutores, em situação de comunicação. Esta rápida definição, que será o nosso ponto de partida, permite observar um certo número de elementos. Primeiramente, que a gramática de uma língua não pode ser reduzida à descrição do “sistema da língua” – seja no sentido tradicional, seja no sentido estruturalista –, pois é muito mais do que isso:

A descrição da gramática de uma língua deve integrar tudo o que esteja envolvido no funcionamento da língua em situação de comunicação: as regras derivadas dos usos, as regras segundo as quais a comunicação ocorre, as modalidades dos discursos e dos textos que os locutores interiorizaram e que utilizam continuamente (...). Neste sentido, possuir a “gramática” de uma língua equivale a possuir uma competência interiorizada dessa língua (Suso López, 2004: 230).

Em segundo lugar, podemos observar que “aprender uma língua (...) é aprender a comunicar” (Wilkins, 1974). Dito de outro modo, aprender a comunicar vai muito além da aquisição de um *know-how funcional* (o conjunto dos atos de fala sociais) e de um *know-how nocional* (a expressão de noções e de experiências gerais): a comunicação é muito mais do que uma simples troca de informações ou de mensagens que correspondem à expressão de noções gerais (tempo, espaço, causa, consequência, etc.) e à expressão das intenções dos locutores (atos de fala). No exercício desta função, além das regras linguísticas (regras de uso), os locutores devem utilizar regras derivadas do contexto em que se produz a troca comunicativa (regras de utilização).

Além disso, as pesquisas em sociolinguística e em pragmática têm mostrado que o uso social da língua exige o acionamento complementar de uma série de regras ou princípios que correspondem a capacidades – ou competências – do indivíduo, tais como:

- (i) a determinação da aceitabilidade de um enunciado, no plano sistêmico-gramatical (**competência gramatical** ou **linguística**);

² Para esta discussão, sigo de perto as indicações dadas em Santos (2008: 5-7).

- (ii) a adequação ao contexto ou à situação de comunicação em que o enunciado é utilizado (competência sociolinguística): regras de uso (registros, por exemplo). Esse **componente sociolinguístico** acompanha-se de um **componente sociocultural** intrínseco, na medida em que a língua transmite uma visão de mundo;
- (iii) a adequação do discurso à modalidade discursiva (oral/escrita, tipo de texto – narrativo, argumentativo, correspondência oficial, cartão postal, etc.) (**competência discursiva**);
- (iv) a utilização de recursos linguísticos e extralinguísticos para evitar a interrupção da troca conversacional ou para fazer com que esta responda às finalidades pretendidas (**competência estratégica**).

Daí a idéia de que o ensino/aprendizagem (E/A) de uma língua estrangeira (LE) seja orientado para a aquisição/aprendizagem das **utilizações da língua**. O *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (ver Alves, 2001) é bastante claro a esse respeito: as habilidades linguísticas não são técnicas que podem ser aprendidas fora de todo contexto, mas **capacidades** (*skills*) concretas, que são consolidadas pela prática discursiva.

O conhecimento dos usos da língua deve, então, ser visto como uma competência concreta (uma capacidade) a partir de um duplo ponto de vista: o da recepção (compreensão) e o da produção (expressão), nas modalidades oral e escrita da língua. Isto significa que é necessário levar em consideração a língua como um todo: a complementaridade essencial dos componentes que constituem o ato de fala é essencial na condução de um programa pedagógico.

A partir do que foi exposto até aqui, podemos chegar a uma definição do que entendemos por *gramática comunicativa*: trata-se de uma descrição gramatical voltada para o Ensino/Aprendizagem de uma língua estrangeira (E/A-LE) que utiliza os usos efetivos da língua, com o objetivo de ajudar os alunos a adquirir uma competência comunicativa na língua em questão. Não se trata, portanto, do que se convencionou chamar, no Brasil, “gramática de usos”: o trabalho de Neves (2000), exemplo mais acabado desta outra acepção, é uma gramática descritiva, de nível universitário, que utiliza metalinguagem e técnicas de análise vindas das teorias linguísticas de orientação funcionalista mais recentes. Tal gramática não tem, portanto, como finalidade, *ensinar a comunicar* em português – que é o objetivo (primeiro e) último de uma gramática comunicativa.

Nas palavras de Matte Bon (1995: VI, sublinhado pelo autor), uma gramática comunicativa é

uma gramática que se baseia na análise do funcionamento dos idiomas a partir de uma perspectiva que leve em conta a comunicação; [uma gramática] em que se analisam todos os matizes e em que nada se dá por conhecido; em que se reconhece um novo papel central às interpretações dos enunciados analisados, como base para a compreensão do funcionamento do sistema. Também é **uma gramática que situa os interlocutores e a interação no centro da análise**. [Nesta perspectiva] adquire, portanto, importância fundamental, o modo como os falantes dizem as coisas, em cada situação, de acordo com as suas intenções comunicativas.

Trata-se, portanto, de uma gramática que inclui **necessariamente**, na própria descrição dos fatos da língua, o contexto de utilização (ou situação de comunicação, ou contexto discursivo) e locutores concretos – e diversos. Em outros termos, trata-se de uma gramática **dos processos e não das categorias** – ou uma gramática **do discurso e não do código**.

2. Uma proposta de descrição

Além do fato de que certas construções são intrinsecamente impessoais, inúmeras razões, todas ligadas à situação de enunciação, podem levar um falante a não explicitar o sujeito de um verbo: “o fato de não saber qual é esse sujeito, de não querer dizer quem ele é, de não lhe interessar, na situação considerada e tendo em conta as suas intenções comunicativas, porque prefere ocultá-lo por alguma razão, etc.” (Matte Bon, 1995: 41). Vamos, a seguir, apresentar algumas considerações a respeito das construções impessoais em português, dando destaque àquelas em que a explicitação do sujeito do verbo é facultada ao falante. Começaremos, no entanto, pelas construções intrinsecamente impessoais.

2.1. As construções intrinsecamente impessoais

Como se sabe, em certos casos a língua obriga o falante a utilizar verbos sem sujeito. Embora este não seja o foco do nosso trabalho, faremos, a seguir, uma breve apresentação dessas construções – e tão mais breve por sua descrição já ser conhecida.

As construções intrinsecamente impessoais apresentam o verbo na 3ª pessoa do singular. Encontramos, mais comumente, oito tipos de construções:

- (i) verbos que se relacionam aos fenômenos da natureza (*chover, ventar, amanhecer, entardecer, fazer, ser*, etc.);
- (ii) verbos e expressões que indicam tempo decorrido (*fazer, haver, passar de*);
- (iii) verbos existenciais, como *haver* e *ter* (“usado dialetalmente como existencial impessoal”, de acordo com Carrilho, 2000);
- (iv) as expressões *chegar de* e *bastar de*, no imperativo;
- (v) “estruturas de verbo predicativo (*ser, estar, ficar...*) ou *fazer(-se)* e uma categoria (nome, advérbio, adjetivo) que faz referência a um fenômeno natural, como *calor, frio, tarde*” (Carrilho, *op. cit.*);
- (vi) o verbo *ser*, em diferentes construções;
- (vii) o verbo *tratar-se (de)*;
- (viii) a expressão *dar para*, na acepção de “ser possível”.

Cabe observar, com relação a essas construções, que mesmo se as tratamos como “intrinsecamente impessoais”, não podemos desconsiderar variações no seu uso que se explicam por fatores sociolinguísticos. Tais variações podem ser de dois tipos:

- (i) a utilização de um expletivo visível, como nas construções de tipo (i), (iii), (v) e (vi), acima, que pode ocorrer em português europeu (PE) não padrão (cf. Carrilho, *op. cit.*); e
- (ii) a utilização dos verbos ditos impessoais na 3ª pessoa do plural, estabelecendo-se assim a concordância com o seu complemento plural, que é reinterpretado como sujeito. É o caso das categorias (ii) e (vii), em português do Brasil (PB), e do verbo *ter* existencial, em PB e PE, para não mencionar as oscilações no uso do verbo *ser*.

2.2. As construções não intrinsecamente impessoais

Se, para as construções intrinsecamente impessoais os fatores sociolingüísticos explicam as eventuais variações encontradas, para as demais construções impessoais essa explicação pode ser encontrada em fatores pragmáticos e comunicativos, como afirmamos acima. É dessas construções que iremos tratar nesta seção.

2.2.1. Alguém

Quando o locutor não conhece a identidade do sujeito verbal, mas deseja indicar que se trata de uma pessoa específica, utiliza o pronome alguém com o verbo na 3ª pessoa do singular. Comparem-se:

- (1) a. A Paula telefonou?
- b. Quem telefonou?
- c. Alguém telefonou?

Como se vê, enquanto em (1a) o sujeito verbal é indicado claramente e em (1b) o locutor pergunta sobre a identidade do sujeito, em (1c) a identidade desse sujeito é-lhe desconhecida. Note-se, além disso, que, devido ao fato de se tratar de enunciados interrogativos, também diferem os pressupostos (ou as indicações quanto à informação conhecida/não conhecida): em (1a), o foco da pergunta recai sobre o verbo (pode ser o caso, por exemplo, numa situação em que esperava um telefonema da pessoa citada); em (1b) o pressuposto é de que houve um telefonema, cujo autor é desconhecido, ao passo que em (1c) tanto o fato de ter havido um telefonema quanto o seu autor eventual são foco da pergunta. A comparação dessa situação com a dos enunciados afirmativos correspondentes traz informações interessantes:

- (1) d. A Paula telefonou.
- e. * Quem telefonou.
- f. Alguém telefonou.

Por razões evidentes – *quem* sendo reservado aos contextos interrogativos –, (1e) é inaceitável. Quanto a (1d), mantém-se o pressuposto presente em (1a) de que o sujeito é a informação conhecida, assim como em (1f) o sujeito permanece desconhecido, tal como era o caso em (1c).

2.2.2. Tu/você

O uso das formas de 2ª pessoa (*tu/você*) ocorre nos casos em que o locutor apresenta o que diz como algo impessoal com um valor geral, sem se incluir entre os sujeitos possíveis, mas convidando o seu interlocutor a fazê-lo. Vejam-se:

- (2) “A opção pelo português surgiu naturalmente”. A razão é simples: “o inglês torna-se muito vazio e impessoal para dizeres aquilo que *queres*. *Tu pensas* em português, *falas* em português, *sonhas* em português, faz todo o sentido! (...)”.³
- (3) Eu acho que é preciso que as pessoas tenham responsabilidade porque, na medida em que *você* coloca a cara de uma pessoa em um jornal, sendo presa e algemada, e no dia seguinte prova que ela é inocente, é preciso que tenha alguém que tenha a coragem de vir a público pedir desculpa, porque nós estamos cansados de ver injustiça acontecer neste país.⁴

Evidentemente, um exemplo como (2) é representativo do PE, enquanto (3) é representativo do PB. Podemos, no entanto, encontrar ocorrências de *tu* no PB, com algumas diferenças: o pronome será mais frequentemente expresso em superfície e o verbo estará na 3ª pessoa do singular. Aqui também, fatores sociolinguísticos (classe social, nível de escolaridade e região de origem do falante) permitem explicar essa variação. De modo semelhante, fatores sintáticos (a perda do sujeito nulo referencial, no PB, cf. Duarte, Kato & Barbosa, 2000) explicam o fato de que o PB terá uma tendência maior a preencher a posição de sujeito do que o PE.

2.2.3. A gente/nós

Ao utilizar *a gente*, o locutor confere ao seu propósito um valor geral, incluindo-se, assim como o seu interlocutor, entre os possíveis sujeitos. Note-se,

³ Exemplo extraído de Martini, L. 2005. A caminho da aparição. *Visuais & Barulhos*, ed. 24, out. Disponível em <<http://www.ruadebaixo.com/linda-martini.html>>. Acesso em 14 out.2009.

⁴ Trecho da declaração do ex-Presidente Lula à imprensa a respeito da atuação da Polícia Federal, em 13 ago.2011. Disponível em <http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/na-ntegra-a-declara-o-de-lula-sobre-a-atua-o-da-pol-cia-federal?xg_source=activity>. Acesso em 15 ago.2011.

portanto, que, ao utilizar *a gente*, o locutor implica que há vários sujeitos e que ele próprio é o único conhecido:

- (4) Deixa eu dizer para vocês uma coisa: a PF é uma instituição da maior respeitabilidade. *A gente* não pode julgar uma corporação por um equívoco de um delegado ou de um funcionário.⁴

É nesse sentido que *nós* e *a gente* são equivalentes, pois *nós* também pode ser utilizado para dar ao enunciado um valor geral, no qual locutor e interlocutor são incluídos, pelo primeiro, entre os possíveis sujeitos do verbo, o locutor continuando a ser o único sujeito conhecido:

- (5) quando *a gente* quer ir à boate... *nós* vamos à Aracaju...⁵

Evidentemente, em certos casos *a gente* pode incluir unicamente o locutor e um interlocutor único e, neste caso, ambos os sujeitos são conhecidos:

- (6) L1 – Então, Paulo, *a gente* se vê depois da chuva?
L2 – Tá ok!

Do mesmo modo, pode haver casos em que *a gente* exclui o interlocutor do conjunto de sujeitos possíveis:

- (7) Visivelmente abalada e de poucas palavras, a namorada da vítima, Maiara Marins, de 24 anos, explica que ela e o estudante namoravam havia 4 anos e que ele sempre foi uma pessoa caseira. “*A gente* gostava de ficar em casa. No máximo, íamos a um restaurante e não gostávamos de ir para a balada”, conta⁶.

No que diz respeito à concordância, como se sabe é de praxe recomendar o uso da 3ª pessoa do singular com *a gente* e da 1ª pessoa do plural com *nós*. Mas, como também se sabe, variações ocorrem, *a gente* sendo usado com a 1ª pessoa do plural, tanto no PB quanto no PE e *nós* sendo usado com a 3ª pessoa do singular em dialetos não padrão do PB. E, se os fatores sociolinguísticos explicam esse tipo de variação, são igualmente eles que explicam a escolha entre *a gente* e *nós*. De acordo com Duarte, Kato e Barbosa (2000: 2), *nós* ocorre preferencialmente “na fala de informantes mais velhos com escolaridade alta”. Resultados semelhantes foram encontrados por Lopes (1998) e por Matos (2009), entre muitos outros.

⁵ Exemplo extraído de Matos (2009).

⁶ Extraído de Simas, F. (2011) ‘*A gente* gostava de ficar em casa’, diz namorada de Felipe. *IG: Último Segundo* – Brasil. 19 de maio. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/a+gente+gostava+de+ficar+em+casa+diz+namorada+de+felipe/n1596965197635.html>>. Acesso em 16 jun.2011.

2.2.4. Todo (o) mundo/as pessoas/uma pessoa/3ª pessoa do plural

As expressões acima são utilizadas quando o locutor tem a intenção de atribuir um valor de generalidade ao que diz, excluindo-se a si mesmo e ao interlocutor do conjunto dos sujeitos possíveis:

- (8) “Todo mundo vai ao circo – menos eu, menos eu”.
- (9) Se as companhias de seguro se negam a arriscar o seu dinheiro assegurando a indústria nuclear, por que se deve obrigar *as pessoas* a arriscarem as suas vidas?, questiona neste artigo Dietrich Fischer, director académico da World Peace Academy.⁷
- (10) Com marcação de 21 dias de antecedência conseguem-se preços de 30£ por quarto/noite! Neste caso, quando *uma pessoa* quer é dormir e sair para visitar o mais possível, acho que este “tratamento impessoal” destas cadeias de hotéis até é uma vantagem em relação aos famosos e típicos Bed&Breakfast britânicos...⁸
- (11) *Dizem* que a crise atingirá todos os setores.

A *3ª pessoa do plural* também pode ser utilizada para referir a um sujeito coletivo, como é o caso quando nos dirigimos a uma empresa, uma organização ou um corpo constituído de indivíduos. No entanto, em tais casos a 3ª pessoa do plural não adquire um valor impessoal, mesmo se o sujeito ao qual nos dirigimos permanece um tanto indefinido, já que se trata de se dirigir a um coletivo, isto é, não nos dirigimos precisamente a uma pessoa.

Note-se ainda que, das expressões acima exemplificadas, *todo (o) mundo* é a única que apresenta um valor universal: as demais, embora sendo genéricas, apresentam sempre algum tipo de restrição quanto à abrangência dos sujeitos a considerar.

⁷ Extraído de Nuclear: por que devem as pessoas arriscar as suas vidas?. *Esquerda.net*. Disponível em: <<http://www.esquerda.net/artigo/nuclear-por-que-devem-pessoas-arriscar-suas-vidas>>. Acesso em 03 abr.2011.

⁸ Extraído de Eugénio. 2010. Scotland. *My opera*. Disponível em: <<http://my.opera.com/yevgeny/blog/scotland>>. Acesso em 14 fev.2011.

2.2.5. Se/Ø

Com o uso do pronome *se*, o locutor apresenta o seu enunciado como tendo um valor universal, que não exclui nada nem ninguém:

(11) Eu aprendi a fazer o sulfato de cobre com que *se* sulfatava as vinhas (PE) [DKB]⁹

(12) Nem nas quadras de escola de samba do passado *se* fazia rodas de partido alto. (PB) [DKB]

Não discutiremos, aqui, questões relativas à concordância verbal nas construções com *se* (indefinido ou indeterminado). Apenas gostaríamos de observar que nessas construções, o apagamento e a consequente universalização do sujeito leva a uma construção em que o foco se encontra no estado de coisas expresso pelo verbo, mais do que no sujeito desse verbo, sujeito que é omitido porque não é conhecido ou porque não se quer especificar esse sujeito, ou ainda para evitar mencionar a sua identidade.

No que diz respeito à variação PE/PB, podemos observar, com Duarte, Kato & Barbosa (2000), que as construções com *se* constituem a estratégia preferida no PE, ao passo que, no PB, essas construções são preferidas por falantes mais velhos e de escolaridade mais alta.

Quanto ao sujeito nulo (aqui representado pelo símbolo “Ø”), cabe notar que ele ocorre em enunciados infinitivos, em alternância com o pronome *se*:

(13) Os médicos receitam Prozac [para Ø atingir a felicidade] e o Viagra [para se ter potência sexual]. (PB) [DKB]

(14) Mas [para se usar o preto] (...) as fábricas de pigmentos tiveram que produzir o preto em barda. (...) [Para Ø ter a adesão total da imprensa] há muito trabalho por trás. (PE) [DKB]

De acordo com Duarte, Kato & Barbosa (*op. cit.*, p. 4), a ocorrência de *se* parece ser facilitada pelos contextos de infinitivos regidos por preposição, sobretudo *para* e *de*, “nas funções de adverbiais, relativas e completivas de nome, adjetivo e verbo”.

3. Considerações finais

⁹ Os exemplos identificados pelas iniciais DKB foram extraídos de Duarte, Kato & Barbosa (2000).

Como vimos, além da atitude e das intenções do locutor, fatores sociolinguísticos – classe social, grau de escolaridade, idade do falante – são extremamente importantes para a escolha da estratégia de expressão da impessoalidade a utilizar. Do mesmo modo, o registro é um fator de extrema importância na determinação dos instrumentos que serão utilizados pelo falante para não explicitar um sujeito.

Com relação à nossa proposta de descrição, cabem ao menos duas observações. A primeira delas diz respeito ao fato de que essa descrição não tem a pretensão de ser exaustiva. Por exemplo, não mencionamos algumas outras formas de expressão da impessoalidade:

(i) **hiperônimo**

(15) Mulher não resiste a um amor impossível!¹⁰

(ii) **1ª pessoa do singular**

(16) E se *eu* pego aquela rua ali, então *eu* chego mais rápido. [DKB]

(iii) ***há quem* + verbo no subjuntivo**

(17) Há quem acredite em milagres.

Como foi o caso com as outras estratégias que comentamos, também com estas últimas a finalidade da estratégia empregada varia de acordo com os instrumentos escolhidos. Assim, com o *hiperônimo* o locutor atribui um valor genérico a um propósito que na realidade lhe diz respeito. Com a 1ª pessoa do singular, o locutor apresenta como sendo atribuível somente a si mesmo um enunciado que na realidade tem um valor genérico e, com a expressão *há quem*, o locutor refere-se a uma pequena quantidade de sujeitos, cuja identidade é indefinida. Neste caso, o enunciado não tem o mesmo valor geral que têm as outras formas de impessoalidade.

A segunda observação a respeito do nosso trabalho diz respeito à variação no uso das diferentes formas, e sobretudo entre *se* e *você*. De acordo com Duarte (1995, 2000, *apud* Duarte, Kato & Barbosa, 2000: 2), “no contexto de sujeitos indefinidos/arbitrários, o PB preenche mais o sujeito, fazendo grande uso de construções pessoais com *você* e *a gente*”. Ao estudar, as estratégias de indeterminação no PB e no PE, a mesma autora mostra que, “no que se refere ao PE, o uso de *se* se confirma como a estratégia preferida (...), enquanto o uso de *você* (...) se apresenta como a estratégia menos usada. No PB, ao contrário, *você* é a forma preferida (...), seguida pelo sujeito nulo (...), terceira pessoa do

¹⁰ Extraído do anúncio do filme *Divã*, de José Alvarenga Jr. (Brasil, 2009).

plural (...) e *a gente* (...). As formas *se* (...) e *nós* (...) ficam restritas à fala de informantes mais velhos com escolaridade alta”.

Para concluir, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que, diferentemente do que ocorre com línguas como o francês e o italiano, e à semelhança do que ocorre com o espanhol, o português não permite a retomada do pronome pessoal sujeito de primeira pessoa do plural (*nós*) por uma forma impessoal¹¹:

- (18) a. *Noi*, la domenica *si* lavora.
b. *Nous*, le dimanche *on* travaille
c. *Nosotros*, los domingos, *trabajamos*.
d. Nós, aos domingos, trabalhamos.
- (19) a. L1 – Che fate?
L2 – Si prepara la cena.
b. L1 – Qu’est-ce que vous faites?
L2 – On prépare le dîner.
c. L1 – ¿Qué estáis haciendo?
L2 – (Estamos) Preparando la cena.
d. L1 – O que (vocês) estão fazendo?
L2 – (Estamos) Preparando o jantar.

Estes exemplos mostram que, assim como em espanhol, em português as formas impessoais não podem ser utilizadas para a retomada de um sujeito pessoal definido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adamson, R. 1990. Is there such a thing as communicative grammar?. *Language Learning Journal*, September, p. 25-27.

Alves, J. M. (dir.) 2001. *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: Aprendizagem, Ensino, Avaliação*. Lisboa: Asa. Disponível em: <http://sitio.dgicd.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/724/Quadro_Europeu_total.pdf>. Acesso em 14 nov.2008.

Barbosa, P.; Duarte, M. E. L.; & Kato, M. A. 2005. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, vol. 4, n. 2, p. 11-52.

¹¹ Os exemplos (18a)-(18c) e (19a)-(19c) foram extraídos de Matte Bom (1995b: 46).

Carrilho, E. 2000. Construções de expletivo visível em Português europeu (não padrão). *Congreso Internacional de Lingüística “Léxico y Gramática”*, Lugo, setembro. Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/files/ernestina_carrilho/ernestina_carrilho_2003a.pdf>. Acesso em 03 abr.2011.

Duarte, M. E. L.; Kato, M. A. & Barbosa, P. 2003. Sujeitos indeterminados em PB e PE. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, vol. 26, n. especial, p. 405-419.

Gonçalves, A. 2002. Uma análise de sujeitos genéricos nulos de terceira pessoa do singular em sentenças finitas raízes no Português Brasileiro. *Working Papers em Linguística*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 30-54. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/viewFile/6117/5663>>. Acesso em 29 mar.2011.

Franchi, C.; Negrão, E. V. & Viotti, E. 1998. Sobre a gramática das orações impessoais com *ter/haver*. *D.E.L.T.A.*, vol. 14, n. especial.

Ilari, R. 2010. Os pronomes do português brasileiro, algumas comparações. *Estudos Linguísticos*, vol. 39, n. 1, p. 314-330. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/39/v2/EL_V39N1_24.pdf>. Acesso em 10 abr.2011.

Lopes, C. R. dos S. 1998. Nós e a gente no português falado culto do Brasil. *DELTA*, v. 14, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 abr.2011.

Matos, M. Z. M. de S. 2009. A especificidade do sujeito pronominal na fala urbana itabiense. *Estudos Linguísticos*, 38 (2), p. 313-327. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N2_25.pdf>. Acesso em 31 mar.2011.

Matte Bon, F. 1995a. *Gramática Comunicativa del español. De la lengua a la idea*. Madri: Edelsa (Tomo I), 2ª ed.

Matte Bon, F. 1995b. *Gramática Comunicativa del español. De la idea a la lengua*. Madri: Edelsa (Tomo II), 2ª ed.

Neves, M. H. de M. 2000. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp.

Portugal. 2005. *Quadro de referência para o ensino de português no estrangeiro*. Lisboa: DGIDC/Ministério da Educação.

Salomão, M. M. M. 2008. Construções modais com *dar* no português do Brasil: metáfora, uso e gramática. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 83-115, jan./jun. Disponível em: <http://relin.letras.ufmg.br/revista/upload/03-Maria_Margarida.pdf>. Acesso em 25 mar.2011.

Santos, L. 2008. *Para uma Gramática Comunicativa da Língua Portuguesa*. Conferência de abertura dos trabalhos do grupo de pesquisa Gramática Comunicativa do Português. Por videoconferência, Lille (França): Université de Lille 3, 26 nov.

Santos, L. no prelo. Ensino de Português para Estrangeiros e Gramática Comunicativa: dos enunciados gramaticalmente corretos aos enunciados idiomáticamente adequados. *Estudos Linguísticos*, v. 40.

Suso López, J. 2004. La grammaire et les descriptions de la langue: la réflexion sur le fonctionnement de la langue favorise-t-elle l'apprentissage du FLE?. In: Suso López, J. (coord.), *Phonétique, lexique, grammaire et enseignement-apprentissage du FLE*. Granada (Espanha): Método, p. 215-258.

Wilkins, D. A. 1974. *Second-Language Learning and Teaching*. London: Edward Arnold.